



*A DIPLEA,
Cópia a Lda e Distintos Deputados
& membros do governo*
RELATÓRIO SINTÉTICO
15/12/2014 (14h46)

O presente relatório, tendo em conta a celeridade processual inerente ao processo legislativo especial de elaboração orçamental, é sucinto, resumindo as principais ocorrências das reuniões da Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais à Proposta de Lei nº 16/III(3ª) – Orçamento Geral do Estado para 2015, doravante designada por "Comissão".

1 - REUNIÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Em 9 de dezembro de 2014, a Comissão reuniu em sala do Ministério das Finanças, por esta dispor de melhores condições do que as oferecidas pelas instalações do Parlamento Nacional (PN), com a presença de todos os seus membros, à exceção de um. Na reunião, presidida por Sua Excelência o Presidente do Parlamento Nacional, participaram o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, a Sr.ª Ministra das Finanças, outros membros do Governo e o Sr. Secretário-Geral do Parlamento Nacional, para além de alguns funcionários e assessores do Governo e do Parlamento Nacional.

Os ministros, os secretários de Estado e o Secretário-Geral do Parlamento Nacional foram sendo chamados a pronunciar-se sobre as respetivas dotações orçamentais e justificar os ajustamentos efectuados às mesmas em resultado das propostas de alteração consensualizadas, à medida que iam sendo tratadas as respetivas áreas tuteladas.

Foi também alcançado consenso quanto à necessidade de não ultrapassar em 2015 o teto de 1,5 mil milhões de dólares de despesa, acrescido de 70 milhões de empréstimos.

O Senhor Vice-Primeiro-Ministro esclareceu que, apesar de no seminário "Yellow Road" do Governo ter sido definido um teto máximo de 1,3 mil milhões de dólares, sem empréstimos, para o envelope fiscal de 2015, foi posteriormente necessário aumentar o teto para 1,5 mil milhões, sem empréstimos, para assegurar a execução do Plano de Ação do Governo. O significativo número de propostas de alteração apresentadas pelo Parlamento Nacional e a vontade do Governo de as

ABS



Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais ao OGE para 2016

acomodar, dentro do possível, exigiu ajustamentos nos três Fundos, ainda que sem ultrapassar o teto de despesa global acordado.

As propostas de alteração apresentadas, num total de noventa e duas, incluindo propostas admitidas e a aperfeiçoar, começaram em seguida a ser discutidas ponto por ponto, por referência ao mapa organizado pelos serviços de apoio do Parlamento Nacional e a um documento técnico preparado pelo Governo, do qual constavam as propostas com possibilidade de acolhimento consensual no âmbito da Comissão, incluindo novas propostas entretanto concebidas no seu seio.

A Comissão começou por debater a projeção financeira da criação da Região Administrativa Especial e Zona Especial de Economia Social de Mercado do Oe-Cusse Ambeno, tendo-se transferido para a alçada do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros as várias dotações destinadas à região de Oe-Cusse Ambeno que se encontravam inscritas noutras linhas orçamentais do Fundo Consolidado de Timor-Leste e do Fundo das Infraestruturas.

Atento às preocupações do Parlamento Nacional sobre o volume das despesas com viagens ao estrangeiro, o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação prestou alguns esclarecimentos, salientando a importância das mesmas para o desenvolvimento das relações internacionais mas defendendo em alternativa a redução da dimensão das delegações no próximo ano.

Foi solicitada ao Governo maior sensibilidade para com as embaixadas no estrangeiro, que se deparam com escassas disponibilidades financeiras e instalações reduzidas para cumprirem cabalmente e com dignidade a missão que lhes está cometida, assim como em relação à priorização daquelas que são realmente estratégicas para Timor-Leste e, finalmente, em relação à dignificação da carreira diplomática.

A Sr.^a Ministra das Finanças referiu-se às necessidades acrescidas do Ministério que tutela no próximo ano, em resultado da realização do censo 2015 e do estudo sobre a avaliação da pobreza.

A Sr.^a Secretária de Estado de Apoio à Promoção do Setor Privado pronunciou-se desfavoravelmente em relação à proposta de capitalização do BNCTL, justificando que a mesma carece de ser votada e aprovada pela Assembleia Geral do Banco após uma auditoria externa a realizar no próximo ano.

Foram debatidas e consensualizadas as dotações respeitantes aos seguintes órgãos (ministérios/secretarias de Estado/órgãos independentes): Presidência da



Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais ao OGE para 2015

República, Parlamento Nacional, Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro-Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros, com todas as Secretarias de Estado sob a sua tutela.

2 - REUNIÃO DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Em 10 de dezembro de 2014, a Comissão, presidida durante a manhã pelo Presidente do Parlamento Nacional e por um dos Vice-Presidentes do Parlamento Nacional na parte da tarde, voltou a reunir em sala do Ministério das Finanças, com a presença de todos os seus membros, à exceção de dois. Nela participaram o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, a Sr.^a Ministra das Finanças e outros membros do Governo, para além de vários funcionários e assessores do Governo e do Parlamento Nacional.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro realçou, durante o debate, que em 2015 foi decidido não adquirir quaisquer novos automóveis para funcionamento dos ministérios, dando-se satisfação ao pedido de contenção orçamental e racionalização da utilização das unidades existentes que foi dirigido aos diversos titulares dos órgãos. Ainda assim, foi acolhida uma proposta de alteração que assegurou ao Ministério da Justiça um reforço à sua dotação orçamental de 170 mil dólares americanos, por contrapartida da redução de igual montante na dotação do Ministério das Obras Públicas, para adquirir viaturas a serem utilizadas pelos magistrados da Defensoria Pública nas suas deslocações aos distritos.

Foram debatidas e acordadas as dotações do Anexo II da proposta de lei relativas às seguintes linhas orçamentais: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministério da Defesa e Segurança, Ministério das Finanças, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Administração Estatal. Os respetivos ministros ou secretários de Estado intervieram no debate consoante as áreas em causa para fundamentarem as propostas de alteração acolhidas.

3 - REUNIÃO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Em 11 de dezembro de 2014, a Comissão, presidida por Sua Excelência o Presidente do Parlamento Nacional, voltou a reunir em sala do Ministério das Finanças, com a presença de todos os seus membros, à exceção de dois. Nela participaram o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, a Sr.^a Ministra das Finanças e outros membros do Governo, assim como alguns funcionários e assessores do Governo e do Parlamento Nacional. Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro compareceu na reunião ao início da tarde.



Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais ao OGE para 2015

Foram debatidas e acertadas as verbas a alocar às seguintes linhas orçamentais: Dotações para todo o Governo, Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente, Ministério da Solidariedade Social, Ministério das Obras Públicas, Ministério dos Transportes e Comunicações, Ministério da Agricultura e Pescas e Ministério do Turismo. Os ministros e secretários de Estado participaram no debate consoante as respetivas áreas de intervenção para justificarem as suas posições.

4 – REUNIÃO DE 12 DE DEZEMBRO 2014

Em 12 de dezembro de 2014, a Comissão concluiu a sua análise, tendo voltado a reunir em sala do Ministério das Finanças, com a presença de todos os seus membros, à exceção de dois. Na reunião, presidida por Sua Excelência o Presidente do Parlamento Nacional, participaram Sua Excelência o Primeiro-Ministro, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, a Sr.^a Ministra das Finanças e outros membros do Governo, assim como alguns funcionários e assessores do Governo e do Parlamento Nacional.

Foi concluída a harmonização das propostas de alteração apresentadas sobre as seguintes linhas orçamentais inscritas no Anexo II da proposta orçamental para 2015: Ministério do Petróleo e Recursos Naturais, Tribunais, Procuradoria-Geral da República, Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça, RTTL, Comissão Nacional de Eleições, Comissão Anti-Corrupção, Comissão da Função Pública e Universidade Nacional de Timor-Leste.

As alterações consensualizadas ao longo de quatro dias de reunião da Comissão produziram ajustamentos nos anexos II a V da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2015, de forma a salvaguardar o teto máximo de despesa de 1,5 mil milhões de dólares americanos, excluindo empréstimos.

5 – REUNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO 2014

No último dia de trabalhos, a Comissão elaborou o texto único substitutivo para apresentação ao Plenário e aprovou o presente relatório resumido, nos termos previstos na deliberação que a criou.

Em resultado dos trabalhos da Comissão, o total das dotações orçamentais, incluindo serviços e fundos autónomos, fundos especiais e empréstimos, passou a cifrar-se em 1 570 mil milhões de dólares, repartidos pelas categorias de despesa pela seguinte forma:

- a) 179,002 milhões de dólares para "salários e vencimentos";
- b) 516,256 milhões de dólares para "bens e serviços";
- c) 406,800 milhões de dólares para "transferências públicas";

4



- d) 26,415 milhões de dólares para "capital menor";
- e) 441,526 milhões de dólares para "capital de desenvolvimento".

6 – OBSERVAÇÕES FINAIS

A Comissão foi criada por deliberação do Plenário, tomada, em 9 de dezembro de 2014, por 62 votos a favor e 3 abstenções, no que constitui uma larguíssima maioria a seu favor, muito próxima da unanimidade.

Uma vez mais, à semelhança de anos transatos, a comissão eventual revelou ser meio idóneo e funcional para o debate e decisão do volume de propostas de alteração apresentadas ao Orçamento Geral do Estado, congratulando-se os Deputados que a compuseram com a dose de simplificação processual que introduz no mecanismo regimental de discussão e votação da lei orçamental.

É respeitada a vontade soberana do Plenário do Parlamento Nacional, ao qual cabe sufragar as alterações acolhidas materializadas no texto substitutivo oriundo da Comissão, proporcionando um debate suplementar confirmativo das opções financeiras tomadas em relação aos principais agregados de despesa. O caráter indiciário da aprovação preliminar no seio da Comissão relaciona-se, assim, com a obrigatoriedade de sujeição do texto consolidado ao escrutínio do Plenário, no qual recai o poder decisório final.

Por outro lado, as alterações debatidas e aceites no âmbito da Comissão cingem-se praticamente às dotações orçamentais da tabela das despesas, as mais complexas e discutíveis, reservando-se para o Plenário a decisão sobre o articulado da proposta de lei. Alguns dos seus artigos introdutórios destinam-se exatamente a confirmar as decisões políticas subjacentes aos anexos e tabelas orçamentais trabalhados pela Comissão.

Com vinte e nove membros, a Comissão foi composta por quase metade dos Deputados em efetividade de funções, refletindo um alto grau de representatividade multipartidária das diferentes correntes políticas com assento parlamentar.

Mais do que ter permitido poupar tempo e energias, o trabalho levado a cabo pela Comissão clarificou e facilitou a condução e desenvolvimento dos trabalhos da segunda parte da fase da discussão e votação na especialidade, a devolver ao Plenário, saneando o processo de elementos técnicos e detalhes com pouco ou nenhum interesse para o debate público.

 5



Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais ao OGE para 2015

Os Deputados exercem um mandato de natureza representativa que, dentro da autorregulação que caracteriza o funcionamento do Parlamento, desempenham da forma mais adequada e eficaz que considerem

No atual contexto político-económico, foi esta a forma encontrada para melhor se programarem e repartirem os recursos financeiros do Estado à luz do interesse nacional e da satisfação dos anseios do Povo, pondo as convicções político-partidárias ao serviço do diálogo institucional.

A Comissão entende dever esclarecer, finalmente, que o espírito de diálogo e consenso institucional em torno das principais questões orçamentais não exime o Parlamento Nacional de, no exercício das suas funções executivas, escrutinar a ação governativa, nomeadamente no plano da execução orçamental.

Parlamento Nacional, em 15 de dezembro de 2014.

O Presidente,

Vicente da Silva Guterres